



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

**CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA**

Protocolo nº 2354

Em 21 / 9 / 26

Silvia
EXPEDIENTE

Ofício nº 2473/2026/SG

Juiz de Fora, 02 de setembro de 2026

Exmº. Sr.

José Márcio Lopes Guedes

Presidente da Câmara Municipal

36016-000 - Juiz de Fora - MG

Referência: Ofício nº 1986/2026

Pedido de Informação nº 157/2026

De Autoria da Roberta Lopes

Assunto: Informações (presta)

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Pedido de Informação referenciado, encaminhamos a presente resposta(s) emitida(s) pela(s) secretaria(s) competente(s), anexa(s) a este ofício.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários, oportunidade em que renovamos os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**MARIA MARGARIDA
MARTINS**

**SALOMAO:1352103
9668**

Assinado de forma digital
por MARIA MARGARIDA
MARTINS

SALOMAO:13521039668

Dados: 2026.09.02

10:45:01 -03'00'

Margarida Salomão
Prefeita de Juiz de Fora



Memorando 8- 55.712/2026

De: Maíres S. - SG - SSRI

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 01/09/2026 às 14:31:19

Setores envolvidos:

SAS, SO, SG - SSRI - DCFEPT, SG - SSRI - DCFEPT - SAEIC, SG - SSRI - DCFEPT - SAERE, SG - SSRI - DCFEPT - SCCR, SG - SSRI - DAPROL, SEDUPP, SEDUPP - SSPP, SG - SSRI

Pedido de Informação nº 157/2026 - Roberta Lopes

Prezados/as,

Em atenção ao Pedido de Informação nº 157/2026, encaminhado por meio do Ofício nº 1986/2026-DE, que solicita cópias e informações acerca de propostas formalmente encaminhadas ao Governo do Estado de Minas Gerais para a realização de obras de reconstrução no Município de Juiz de Fora, prestamos os seguintes esclarecimentos.

Cumpre informar, inicialmente, que desde os primeiros contatos mantidos em razão do estado de calamidade pública decorrente dos eventos climáticos extremos, a Defesa Civil Estadual comunicou a impossibilidade orçamentária do Governo de Minas Gerais de aportar recursos financeiros diretos para o custeio de obras estruturantes de engenharia e infraestrutura. Por este motivo, a colaboração prestada pelo ente estadual concentrou-se na prestação de apoio operacional e ajuda humanitária, mediante a disponibilização de equipes técnicas, mantimentos, logística e cessão temporária de equipamentos.

Ademais, destaca-se que a parceria formalizada no âmbito estadual para obras de infraestrutura diz respeito ao Convênio de Saída nº 12.046/2026, celebrado entre o Município de Juiz de Fora e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) em 26 de junho de 2026. O referido instrumento prevê o repasse de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) destinados especificamente às ações e intervenções de modernização, complementação e expansão da infraestrutura do Distrito Industrial de Juiz de Fora, abrangendo obras e serviços de engenharia em drenagem pluvial, esgotamento sanitário, pavimentação do sistema viário e iluminação pública

Diante do modelo de financiamento e da capacidade de investimento demonstrada, a totalidade das propostas e pleitos formais referentes a novas obras de contenção e reconstrução física foi direcionada ao Governo Federal. Essa articulação resultou na garantia de cerca de R\$ 300 milhões em ações emergenciais pós-fevereiro via PAC Reconstrução, contemplando intervenções prioritárias em áreas críticas como Morro do Cristo, Parque Burnier, Cerâmica, Três Moinhos, Bom Clima, Nossa Senhora de Lourdes e Jardim Natal.

É importante ressaltar que os investimentos em resiliência e adaptação urbana em Juiz de Fora não se iniciaram de forma reativa após as chuvas de fevereiro. O Município já vinha atuando

fortemente no planejamento e na captação prévia de recursos, tendo assegurado, antes mesmo da emergência, o Termo de Compromisso nº 1098.077-54/2024 no âmbito do Novo PAC, no valor de R\$ 356,4 milhões em recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para obras de macrodrenagem nas bacias dos córregos Ipiranga, na região de Santa Luzia, Humaitá, no bairro Industrial e São Pedro, abrangendo os bairros Mariano Procópio, Vale do Ipê, Democrata e São Pedro.

Dessa forma, resta evidenciado que não houve omissão em pleitear apoios, mas sim o direcionamento estratégico dos projetos ao ente federativo detentor de disponibilidade orçamentária para o financiamento das obras, enquanto o diálogo com o Estado manteve-se focado na assistência humanitária emergencial.

Renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Maires Barbosa
Subsecretária de Relações Institucionais